



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone: (65) 3613-7584 / 7586

E-mail: sextasecex@tce.mt.gov.br

**RELATÓRIO TÉCNICO DE ANÁLISE DE DEFESA  
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**

PROCESSO:	421065/2021
PRINCIPAL:	MATO GROSSO PREVIDENCIA
GESTOR:	ELLITON OLIVEIRA DE SOUZA
ASSUNTO:	APOSENTADORIA/REFORMA/RESERVAS
INTERESSADO:	ALBERTINO ALVES CORREA
RELATOR:	ISAIAS LOPES DA CUNHA
EQUIPE TÉCNICA:	MORENO AUGUSTO DE ALMEIDA BARRETO
NÚMERO DA O.S.	10270/2022

APLIC/ControlP



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>2. ANÁLISE DE DEFESA</b>	<b>1</b>
<b>3. CONCLUSÃO</b>	<b>2</b>



## 1. INTRODUÇÃO

**Senhor Secretário,**

Em atendimento ao disposto no artigo 71, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, e no artigo 47, inciso III, da Constituição do Estado de Mato Grosso, bem como no artigo 10, inciso XXIII, e artigo 211 da Resolução Normativa TCE-MT nº 16/2021, bem como dos artigos 7º e 12 Resolução Normativa TCE-MT nº 16/2022, apresenta-se Relatório Técnico contendo análise simplificada acerca do Ato Administrativo Nº 11.796/2020 (Doc. Digitais 66.142/2021, folha 5) que concedeu o benefício previdenciário no valor de R\$ 10.805,83 (Doc. Digitais 66.142/2021, folha 18) ao Sr. ALBERTINO ALVES CORREA servidor nomeado em caráter estabilizado constitucionalmente no cargo ASSISTENTE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO classe D / nível 11 lotado no SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, no município de Cuiabá-MT.

Em atendimento à Resolução Normativa TCE-MT nº 16/2022, que determinou a apreciação simplificada dos atos concessivos de aposentadoria, reforma, reserva e pensão, constatou-se que:

a) o Ato 11.796/2020, publicado em 14 de dezembro de 2020 no Diário Oficial, edição 27.896, página 2 contém os dispositivos legais utilizados para a concessão do benefício previdenciário (artigo 12, CF) (documento digital nº 66.142/2021, folha 6);

b) os autos contêm posicionamento da Procuradoria Jurídica (documento digital nº 67.282/2021, folhas 18 a 19) e da Auditoria do Estado, conforme PARECER DE AUDITORIA 005/2021 (documento digital nº 67.8282/2021, folhas 22 a 23) favorável à concessão do benefício (artigo 12, II).

## 2. ANÁLISE DE DEFESA

Observa-se que o valor dos proventos da aposentadoria não foi analisado e que a planilha de valores não é objeto de análise, considerando que a análise simplificada instituída pela RN TCE-MT nº 16/2022 contempla apenas a verificação quanto à indicação dos dispositivos legais e da publicação do Ato da respectiva concessão.

A título de conhecimento destaca-se que houve uma análise preliminar (Doc. Digitais 77420/2019) em março de 2021.

### **DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - ADI Nº 1015626-30.2021.8.11.0000 E DA RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 12/2022-TP**

Cabe ressaltar que, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 1015626-30.2021.8.11.000, cujo Acórdão foi disponibilizado em 14/09/2022, no Diário de Justiça Eletrônico Nacional – DJEN (CNJ), com data de publicação em 15/09/2022, cujo trecho final da Ementa assim dispõe:

... Nos termos do entendimento do Supremo Tribunal Federal, modulam-se os efeitos da declaração, para que sejam ressalvados aqueles agentes que, até a data



depublicação do acórdão deste julgamento, já estejam aposentados ou tenham preenchido os requisitos para a aposentadoria sob o regime próprio de previdência do Estado de Mato Grosso, exclusivamente para efeito de aposentadoria.

Destaca-se ainda, a Resolução de Consulta nº 12/2022, divulgada em 08/07/2022 no Diário Oficial de Contas nº 2543, com data de publicação 11/07/2022, página 17, que em suma respondeu:

- II. a) A decisão proferida pelo STF na ADI nº 5111/2018 - RR não tem efeito erga omnes e não vincula todos os entes federados a concessão de aposentadorias; e,
- b) A concessão das aposentadorias dos servidores estabilizados e nãoefetivos, não dá direito a paridade; e,
- III. modular os efeitos da presente decisão, para que a aplicação do entendimento passe a vigorar da publicação da presente consulta.

As recentes decisões, do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e desta Corte de Contas, em assuntos pertinentes à aposentadoria e seus reflexos perante a Previdência Própria, tiveram a modulação de seus efeitos assegurando, os aposentados e aqueles que tenham preenchido os requisitos para aposentadoria sob o regime próprio de previdência (até 15/09/2022) e, a aplicação da paridade, até 11/07/2022.

### 3. CONCLUSÃO

Em conformidade com o artigo 211, II da Resolução Normativa TCE-MT nº 16/2021-TP, sugere-se ao Conselheiro Relator o registro do Ato nº 11.796/2020 (Doc. Digitais 66.142/2021, folha 5).

Em Cuiabá-MT, 15 de Dezembro de 2022.

---

MORENO AUGUSTO DE ALMEIDA BARRETO  
TECNICO DE CONTROLE PUBLICO EXTERNO  
COORDENADOR DA EQUIPE TÉCNICA